

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MAISA CARRIJO BORGES PEREIRA

CONTABILIDADE AMBIENTAL:

**Um estudo sobre o conhecimento dos discentes da área contábil em relação a
contabilidade ambiental.**

UBERLÂNDIA

2018

MAISA CARRIJO BORGES PEREIRA

CONTABILIDADE AMBIENTAL:

Um estudo sobre o conhecimento dos discentes da área contábil em relação a contabilidade ambiental.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientador: Prof. Esp. Wemerson Gomes
Borges**

UBERLÂNDIA

2018

MAISA CARRIJO BORGES PEREIRA

CONTABILIDADE AMBIENTAL:

Um estudo sobre o conhecimento dos discentes da área contábil em relação a contabilidade ambiental.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis

Banca de Avaliação:

Prof. Esp. Wemerson Gomes Borges - UFU
Orientador

Nome do professor
Membro

Nome do professor
Membro

Uberlândia (MG), 2018

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo verificar qual a percepção dos estudantes de oitavo a décimo período do curso de ciências contábeis quanto ao tema contabilidade ambiental. A pesquisa caracterizou-se como descritiva, de natureza quantitativa, visto que foi aplicado um questionário, em escala Likert de cinco níveis aos estudantes de oitavo ao décimo período de ciências contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. Através de uma análise percentual de cada tipo questão relacionado a cada período e também de uma forma geral, foi identificado que, em geral, os estudantes discordaram com as afirmações relacionadas ao pleno conhecimento pessoal sobre o tema deste estudo, assim como a ampla divulgação do tema proporcionado pela Universidade Federal de Uberlândia. Já o oitavo período, analisado de forma individual, obteve um aumento de três para quatro acertos em relação a media nas questões avaliativas e também se posicionou de uma forma oposta a avaliação geral em relação a percepção ao espaço que a Universidade Federal de Uberlândia tem aberto para estudos do tema, sendo 35,71% que concorda que esse assunto tem sido exposto, diferente dos 26,67% e 33,33%, respectivos nono e décimo período que discordaram parcialmente deste fato. Portanto, apesar da maioria dos alunos terem uma percepção de negativa a media, é importante salientar que esse quadro tem condições de se tornar positiva em um curto espaço de tempo.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Estudantes. Análise.

ABSTRACT

The present study had as objective to verify the perception of the students of eighth to tenth period of accounting course about subject environmental accounting. The research was characterized as descriptive, of quantitative nature. We applied a questionnaire, using the Likert scale of five level, for students from the eighth to the tenth accounting sciences period of the Federal University of Uberlândia. Through a percentage analysis of each type question related to each period and also in a general way, it was identified that, in general, the students disagreed with the statements related to full personal knowledge on the subject of this study, as well as the wide dissemination of the subject provided by the Federal University of Uberlândia. The eighth period, analyzed in an individual way, obtained an increase of three to four hits in relation to the media in the evaluative questions and also positioned itself in an opposite way to the general evaluation in relation to the perception to the space that the Federal University of Uberlândia has opened for the study of the topic, 35.71% agreeing that this subject has been exposed, different from the 26.67% and 33.33%, respective ninth and tenth period that partially disagreed with this fact. Therefore, although most of the students have a perception of negative to the average, it is important to emphasize that this picture is able to become positive in a short time.

Key words: Environmental Accounting. Students. Analyze.

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	2
<u>2 REFERENCIAL TEÓRICO</u>	4
<u>2.1 Gestão e Normas Ambientais</u>	4
<u>2.2 Contabilidade Ambiental</u>	6
<u>2.3 Ativos e Passivos Ambientais</u>	7
<u>2.4 Custos Ambientais</u>	8
<u>2.5 Receitas Ambientais</u>	9
<u>3 METODOLOGIA</u>	9
<u>3.1 População e Amostra</u>	10
<u>3.2 Procedimento para Coleta e Análise de Dados</u>	Erro! Indicador não definido.
<u>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</u>	12
<u>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	14
<u>REFERÊNCIAS</u>	16

1.INTRODUÇÃO

O surgimento da contabilidade veio de uma necessidade das empresas de controlarem suas contas, estoques e mensurar o lucro. Com a globalização e expansão dos negócios ela passou a ser necessária não somente para tal controle e sim para agentes externos como investidores, bancos e governo. Hoje, devido a acessibilidade, a população também começa a se interessar pelas empresas e principalmente qual o impacto que elas trazem para o mundo. Com o tema ecologia em alta, tornou-se necessário divulgar à população quais são as benfeitorias que as empresas estão executando para a sociedade e para o meio ambiente, e uma das formas de divulgação é a contabilidade ambiental.

“A contabilidade é conhecida como um sistema de informação formal e estruturado, tendo como objetivos principais, informar para o controle do patrimônio, avaliação de desempenho e tomada de decisão” (KRAMER, 2001). Para tanto, essas informações, segundo o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), devem possuir um baixo grau de dificuldade interpretativa para compreensão dos diversos usuários da informação (CFC, 2008).

O Conselho Regional de Contabilidade (2008) diz que: “O objetivo científico da contabilidade manifesta-se na correta apresentação do Patrimônio e na apreensão e análise das suas mutações”, incluindo ainda que na ordem pragmática a contabilidade deve demonstrar aspectos econômicos, financeiros e físicos.

Fica claro que qualquer mudança que afete tanto valores financeiros presentes ou futuros, ou que afete de alguma forma a tomada de decisão dos usuários externos ou internos devem estar presente nas demonstrações contábeis da entidade.

Neste sentido, Callado et al (2007) mostra com a história da indústria e da informação a modificação do senso crítico da sociedade, começando com a Revolução Industrial, na qual o importante era a produção em grande escala e hoje, após informações sobre processos produtivos e impactos no meio ambiente, a sociedade começou a cobrar essa responsabilidade social e ecológica das entidades.

Ainda neste contexto, Costa (2012), citado por Rios e Silva (2014), menciona que a contabilidade ambiental nada mais é que o patrimônio ambiental das entidades, e seu objetivo é fornecer informações sobre eventos ambientais que modifiquem a situação patrimonial da entidade.

Antes, algumas empresas alegavam que funções de responsabilidade socioambiental eram do governo, na atualidade, já tomam iniciativas que podem ser resultado do

entendimento de que estão tomando emprestado recursos que são da coletividade e que precisam ser devolvidos em bom estado de uso e conservação. (Ribeiro, 2012)

A sociedade, tomando uma consciência maior sobre os assuntos socioambientais começa a exigir essas informações das entidades. Tónico e Robes (2006) afirmam, que devido essa cobrança da sociedade, a contabilidade tem como responsabilidade divulgar as ações de cunho ambiental, demonstrando a responsabilidade de prevenção e correção a danos socioambientais.

Apoiando este raciocínio, Alberton, Carvalho e Crispim (2004) afirmam que o objetivo das empresas é maximizar os resultados e minimizar os custos, porém a gestão socialmente responsável já tem se tornado um fator de competição no mercado, assim algumas empresas começaram a se preocupar em levar essas questões para dentro da empresa.

Algumas empresas, no entanto, acabam fazendo o contrário, pois, segundo Shumacher (2011) as entidades tem certa restrição de investir em projetos socioambientais devido ao elevado custo de imediato e demorado retorno financeiro.

Já Ribeiro (2012), diz que essa evolução não afetou ou afetou de forma muito tímida a Contabilidade, pois as informações divulgadas pelas empresas são quase que na totalidade informações financeiras.

“Além de ser uma simples sofisticação, na atualidade, a denominada Contabilidade Ambiental, é uma evolução necessária que dignifica os nossos estudos perante a história do conhecimento” (RIBEIRO et al, 2010). A contabilidade ambiental é sim uma evolução necessária, porém Ehlke (2003) nos mostra que apesar de seu objetivo, esse assunto não é conhecido no meio Contábil, os profissionais ainda não sabem como essas informações podem ser usadas e nem como apresentá-las.

Seguindo o pensamento de Ribeiro et al (2010) sobre a importância desse assunto e a falta de informação dos contadores firmado por Ehlke (2003), este trabalho tem como finalidade responder a seguinte questão: Qual a percepção dos estudantes de oitavo a décimo período do curso de ciências contábeis quanto ao tema contabilidade ambiental?

Para concluir tal objetivo, será aplicado um questionário em escala likert para alunos de oitavo a décimo período de contabilidade na Universidade Federal de Uberlândia. Será feito então uma pesquisa quantitativa utilizando embasamento teórico, conceitos, normas, importância do contador na divulgação das informações e por fim demonstrar o resultado da pesquisa com os futuros contadores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Referencial teórico nada mais é que uma revisão de conceitos que ajudam a compreender a origem e a evolução de determinados assunto (ORSO, 2015).

É através desse referencial que serão conhecidos os conceitos, a história, a evolução e a importância da contabilidade ambiental nos tempos de hoje. E por fim verificar se os alunos de oitavo a décimo período possuem conhecimento suficiente para serem profissionais aptos a trabalhar com essa contabilidade modificada e tão importante que é a contabilidade ambiental.

2.1 Gestão e Normas Ambientais

O modismo com o tema sustentabilidade, na verdade, é uma preocupação real, presente e futura da sobrevivência da humanidade. Aos poucos o pensamento da sociedade vem sendo modificado em razão da preservação do meio ambiente e junto com essa sociedade ambientalista cresce a exigência destes em relação às empresas nas quais irão consumir. Com isso surgiu o assunto responsabilidade e gestão ambiental que juntamente com a contabilidade vem demonstrar as práticas socioambientais que as empresas promovem.

Os novos modelos de gestão empresarial têm trazido o conceito de sustentabilidade como nada mais que o desenvolvimento de produtos que não afetem o ecossistema prejudicando bem o bestar presente e futuro das pessoas (ALBERTON; CARVALO; CRISPIM, 2004).

Completando essa ideia, Shumacher (2011) afirma que o objetivo da gestão ambiental é sempre melhorar os produtos, serviços e ambiente de trabalho colocando o fator ambiental na posição de força motivadora de cada ação a ser realizada. E ainda conceitua a gestão ambiental como:

(...) a administração das atividades econômicas e sociais de forma a utilizar de maneira racional os recursos naturais, sejam eles renováveis ou não, e deve visar ao uso de práticas que garantam a conservação e a preservação da biodiversidade, a reciclagem de matérias-primas, racionalização dos recursos hídricos e energéticos, e a redução do impacto ambiental das atividades humanas sobre os recursos naturais. (Shumacher, 2011, p. 22)

Alberton, Carvalho e Crispim (2004) observam que não mais a visão de lucro determina a sobrevivência de uma entidade, mas sim a capacidade de atender a necessidade

dos agentes envolvidos destacando o aspecto ambiental. Mostrando a amplitude e importância deste assunto, evidenciam que na Europa já foi criada uma lei para que as empresas paguem por danos ambientais decorrentes de suas atividades.

Maciel et al (2009), coloca como marco da normalização ambiental a norma britânica BS 7750 publicada em 1992. Já Alberton, Carvalho e Crispim (2004) baseiam-se na Constituição Federal Brasileira de 1988, artigo 225 para abordar a questão ambiental, lei que expõe o direito ao meio ambiente a todos os cidadãos, justificando que este é um bem de uso comum e essencial a qualidade de vida e coloca como agente responsável pela sua preservação o Poder Público e à coletividade para que os presentes e futuros possam usufruir deste bem.

No que tange a internacionalização normativa, foi criado um grupo de assessoria para estudar as questões das normas ambientais e seus impactos, a *International Standardization Organization (ISO)* (MACIEL et al, 2009). Segundo Auler (2002), o ISO 14000 tem como base a implementação de gestão ambiental que conseguiu integrar os critérios ambientais aos critérios de desempenho da organização, e explica também que com esse sistema de gestão há a implementação de um departamento voltado à prevenção de incidentes ambientais.

Baseado no que foi dito, empresas que possuam o certificado ISO, possuem qualificação de responsabilidade e/ou gestão dentro de normas internacionais, podendo ser de sistema de qualidade, gestão ambiental, entre outros, cada qual representado por uma numeração específica.

Verificando a amplitude das normas ecológicas, Pereira (2007) expõe dados sobre os impostos ambientais de Portugal, impostos que incidem sobre circulação e camionagem, imposto automóvel, imposto municipal sobre veículo e imposto sobre produtos petrolíferos, que segundo os dados encontrados por ela, relativos a 1997, estes impostos representam 3,8% do PIB e 11,4% das receitas fiscais totais.

No Brasil, a NBC T 15 mostra quais são as evidenciações da interação da empresa com o meio ambiente que devem ser evidenciados. Entre eles fica firmado que devem ser evidenciados investimentos e gastos com manutenção, prevenção e educação ambiental, quantidade de processos ambientais (administrativo e judiciais), multas e indenizações referente à matéria ambiental e passivos e contingências ambientais (NBC T 15).

Apesar de não haver impostos especificamente destinados ao meio ambiente, o Brasil vem evoluindo no assunto com as normatizações e certificações já citadas, além de Leis que obrigam as empresas indenizarem impactos causados ao meio ambiente.

2.2 Contabilidade Ambiental

A contabilidade tem como função principal divulgar as funções políticas, sociais e econômicas das entidades, porém a cada dia surgem novas necessidades. Devido a preocupação com o meio ambiente, é criada em 1970 a contabilidade ambiental, momento no qual as empresas começam a se preocupar com os problemas ambientais (FARONI et al., 2010).

A nova realidade das empresas deverá conter um equilíbrio entre atividade econômica e exploração dos recursos naturais, para tanto deverá ter uma correta mensuração dos impactos ambientais e dos seus reflexos nas entidades e sociedade como um todo (PEREIRA, 2007).

A contabilidade ambiental é na verdade uma “especialização da contabilidade” diz Faroni, et al. (2010) justificando essa afirmativa com a seguinte definição: “A Contabilidade Ambiental não é uma nova contabilidade, mas um conjunto de informações que expõe, em termos econômicos, as ações de uma organização que causam modificações em seu patrimônio”. (FARONI et al., 2010)

Reforçando a ideia de Pereira (2007) e Faroni et al. (2010), define-se contabilidade ambiental como filha da contabilidade tradicional frisando impactos que a atividade da empresa exerce sobre seu meio e podendo concluir através desses impactos as consequências financeiras.

Ehlke (2003) demonstra a importância da contabilidade dentro deste contexto com a seguinte afirmativa: “A Contabilidade, como meio de informação das transições e eventos econômicos, passíveis de mensuração, não pode ficar à margem das discussões sobre os problemas ecológicos e a busca dos meios para resolvê-los”.

É possível perceber que a contabilidade tem uma real importância, pois é através dela que podemos divulgar e verificar quanto, em valores monetários, prejudicamos ou lucramos em cima daquele ambiente e de que forma podemos recuperá-los ou usá-los de forma mais consciente.

Em se tratando de mensuração, fica evidente uma dificuldade em relação à contabilidade ambiental, pois quando se diz de bens ou serviços que não tem preço, torna-se difícil a valorização e mensuração da gestão ambiental (ALBERTON; CARVALHO; CRISPIM, 2004). Outra grande dificuldade em relação à preservação e divulgação contábil ambiental são os altos custos na produção de produtos que não agredam o meio ambiente e a complexidade na mensuração dos custos e despesas ambientais (EHLKE, 2003).

Apesar da dificuldade da mensuração, Bergamini Junior (1998) evidencia a importância que a contabilidade ambiental tem, mostrando a extensão de agentes internos e externos que necessitarão deste tipo de informação, frisando ainda que essa informação também será útil no processo e competição global.

Bergamini Junior (1998) lembra ainda que para que o evento seja contabilizado é necessário que estejam de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade, ou na falta deste, às práticas contábeis geralmente aceitas e que o desempenho ambiental tenha transparência que os usuários necessitam.

Reforçando essa ideia, Maciel et al. (2009) diz que a contabilidade ambiental deve informar desde os investimentos referentes a proteção do meio ambiente até despesas com correção de efeitos ambientais dentro do exercício. E para tal contabilização Maciel, et al. (2009) acredita que a melhor opção seria a inclusão dos dados ambientais no modelo de demonstração já utilizado com notas explicativas específicas.

A dificuldade na mensuração de contas ambientais muitas vezes torna-se um empecilho para a contabilização desses valores, porém esse assunto é tão importante e em alguns casos influenciam as finanças das entidades de tal forma que estudos sobre assunto tornam-se valorosos.

2.3 Ativos e Passivos Ambientais

Ativos e Passivos são as chamadas de contas patrimoniais, que indicam bens, direitos e obrigações da empresa, ou seja, são contas que representam o patrimônio da empresa e que compõe o Balanço Patrimonial.

Iudíbibus et al. (2010) define o Ativo de forma simplificada como: “os bens e os direitos da entidade expressa em moeda”. O CPC 00 trás essa definição de uma forma mais complexa: “é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade”.

Seguindo a linha de raciocínio que o CPC traz a respeito da definição de ativo, Faroni et al. (2010) define o ativo ambiental como bens ou direitos vinculados ao gerenciamento ambiental no qual visam a preservação, proteção e recuperação ambiental. Além disso, ele salienta a importância de sua inclusão nas demonstrações contábeis, pois melhoraria a avaliação de cunho ambiental pelos usuários da informação.

Demonstrando a importância da contabilização dos bens, direitos e obrigações ambientais, Pfitsher (2004) coloca o usuário da informação como um dos beneficiados por

essa informação dizendo que o ativo ambiental são bens e direitos que permite o usuário da informação avaliar as ações ambientais, como proteção e preservação do meio, promovidos pela entidade.

A concepção de passivo ambiental dada por Iudíbibus, et al. (2010), de forma simplificada, nada mais é que obrigações a pagar devidas a terceiros. O CPC 00 define o passivo de uma forma mais completa: “passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos”.

Já o passivo ambiental é definido por Faroni et al. (2010) como quaisquer obrigações, tanto de curto quanto de longo prazo, que são obtidas para que haja controle, preservação ou até mesmo recuperação ambiental, trazendo como contrapartida um ativo ou um custo ambiental.

O passivo ambiental é trazido de forma negativa no ponto de vista de Faroni et al (2010, p. 1121 apud Ribeiro e Gratao, 2002), exemplificando os passivos ambientais como fatos vindos através de agressões ao meio ambiente, como por exemplo multas e indenizações pagas para restauração das áreas agredidas. Mas Faroni et al. (2010) refuta essa ideia mostrando que os passivos ambientais também podem vir de algo positivo como manutenções de sistemas de gerenciamento ambiental. Reforçando a ideia de Pfitsher (2004) e Faroni et al. (2010) define-se passivo ambiental como uma obrigação ocasionada pela prevenção e proteção ambiental.

2.4 Custos Ambientais

Martins (2003) diz que o custo nada mais é um gasto vinculado a um bem ou serviço que é utilizado para produção de outro bem ou serviço. Isto é, o custo é um gasto totalmente necessário para que o bem ou serviço sejam executados, portanto deve compor o seu valor.

Trazendo de uma forma mais completa, Bergamini Junior (1998) conceitua os custos ambientais como gastos referentes ao gerenciamento que impacta o meio ambiente e diz ainda que estes gastos devem atender os objetivos e exigências de órgãos ambientais de regulação e devem ser reconhecidos assim que identificados.

Exemplificando o custo ambiental, Faroni et al. (2010) cita multas, indenizações e prejuízos a terceiros ou até mesmo impostos, tratamento de saúde de funcionários e recuperação de áreas degradadas.

Pfitsher (2004) diz que a empresa deve se diagnosticar para que possa definir o que seria o custo ambiental e a partir daí poderá encontrar um caminho para a sustentabilidade

desejada. Através dessa observação feita por Pfitsher (2004), pode-se perceber dificuldades enfrentada pelas empresas ao definir os custos ambientais, dificuldade esta que é complementada por Feroni et al. (2010), este afirma que a falta de padronização dos custos ambientais faz com que sua identificação e mensuração se torne uma tarefa difícil para as empresas.

Apesar de expor essa dificuldade de identificação e mensuração dos custos ambientais, Pfitsher (2004) e Faroni et al. (2010) reconhecem a importância de sua contabilização. Pfitsher (2004) diz que para o desenvolvimento econômico e tecnológico, visando maiores lucros e menores custos, as empresas têm considerado os custos sociais e ambientais, tornando esse fato uma estratégia competitiva. Já Faroni et al. (2010) utiliza uma tabela ilustrativa para demonstrar o quão benéfico é para a empresa investir em prevenção ambiental em relação ao custo causado pela degradação ambiental.

2.5 Receitas Ambientais

A receita refere-se ao acréscimo de benefícios econômicos durante um exercício financeiro na forma de entrada de recursos ou decréscimo de exigibilidade que resulta em aumento do patrimônio líquido da empresa. (FARONI, 2010). O CPC 00 completa essa ideia dizendo que esse aumento do patrimônio líquido é resultado do aumento de ativos ou diminuição de passivos.

Já a receita ambiental é definida por Pfitsher (2004) como todo resultado da atividade desenvolvida pela empresa, porém afirma a falta de crédito e dificuldade de mensuração devido a essa ampla definição.

Contudo, de uma forma geral, as essas receitas são acréscimos de benefícios econômicos trazidos por alguma atividade cunho ambientais promovidos pela entidade.

3. METODOLOGIA

Quanto ao objeto, a pesquisa é exploratória tendo como base demonstrativa um questionário aplicado a alunos de oitavo a décimo período da Universidade Federal de Uberlândia.

A abordagem é quantitativa, pois foram analisadas as respostas dos estudantes quantificado o conhecimento e opinião destes através da estatística descritiva.

Quanto ao procedimento técnico, foi criado um questionário em escala Likert de 5 níveis, utilizando como base a pesquisa de Rios e Silva (2014). Este questionário foi aplicado na Universidade Federal de Uberlândia para os alunos de oitavo a décimo período. Alinhado aos conceitos definidos através de pesquisas, foi analisado as respostas com ajuda da estatística descritiva.

3.1 População e Amostra

A população foi determinada através do critério de quantidade de disciplinas concluídas pelos alunos. Tomou-se como base a conclusão de 80% das matérias para que essa pesquisa fosse respondida com segurança de conhecimento do curso ministrado na Universidade Federal de Uberlândia.

De acordo com o critério citado, foi determinado a população de estudantes de oitavo a décimo período de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. Dentro dessa população foi coletada a amostra de 133 estudantes, sendo 28 do oitavo período, 45 do nono período e 60 do décimo período.

3.2 Procedimentos para coleta e análise de dados

Após a pesquisa bibliográfica histórica e conceitual, foi criado um questionário na escala Likert. Este é composto por dez afirmativas, sendo 5 delas voltadas a mensuração do conhecimento a respeito da contabilidade ambiental, outras 3 os alunos mensuram seus próprios conhecimentos sobre o assunto estudado e 2 voltadas ao conhecimento fornecido pela Universidade Federal de Uberlândia.

Quadro 1 - Afirmativas

Afirmativas
1. Estudantes de oitavo a décimo período possuem conhecimento suficiente para reproduzir um balanço no ramo ambiental.
2. A contabilidade ambiental vem ganhando espaço dentro das universidades.
3. O principal problema inerente à contabilidade ambiental é a dificuldade de mensuração.
4. A demonstração contábil mais indicada para as informações ambientais é o Balanço Social.

5. Estudantes de oitavo a décimo período possuem conhecimentos que suportam a contabilização fidedigna de ativo, passivo, despesa, receita e custo ambiental.
6. “Nas últimas décadas, a pressão exercida pela sociedade, sobre as empresas que não respeitam o meio ambiente, vem sendo incorporada na tomada de decisões estratégicas empresariais em todo o mundo. Defender o meio ambiente deixou de ser apenas assunto de ecologistas sob a ótica empresarial, entende-se que se a empresa inviabiliza o seu meio, acaba por inviabilizar a sua própria atividade.” (AULER, 2002). Segundo o trecho acima, a contabilidade ambiental tornou-se importante somente após a população aumentar a sua consciência ecológica.
7. A respeito do objetivo da contabilidade, Iudíbibus e Marion (2002) afirmam: “Pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade”. De acordo com o texto acima a contabilidade ambiental não se encaixa nos objetivos propostos por Iudíbibus e Marion, pois não demonstra a natureza econômica, financeira e nem social.
8. A contabilidade ambiental vem a auxiliar as entidades, pois adicionam informações a respeito de reais e possíveis despesas e receitas que nem sempre são consideradas, afinal, muitas vezes não fazem parte da atividade principal da empresa.
9. As aulas, palestras, seminário, congressos ou eventos no geral no qual a Universidade Federal de Uberlândia pode oferecer aos alunos, agregou amplo conhecimento no que tange ao assunto contabilidade ambiental.
10. Estudantes de oitavo a décimo período estão aptos a classificar contas como desastres naturais, reciclagem ou crédito de carbono.

Após a aplicação do questionário, foi feita uma análise estatística descritiva na qual permitiu que chegasse a um valor numérico em relação aos conhecimentos e opiniões dos estudantes. Devido ao conhecimento que os alunos adquirem ao longo da faculdade, é importante salientar que a amostra foi reduzida a estudantes de oitavo a décimo período, pois estes tem, no mínimo, oitenta por cento do curso concluído, trazendo maior confiança à pesquisa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com a colocação de que, quanto mais disciplinas concluídas, maior é a veracidade nas respostas, o resultado foi analisado por período e logo após, de forma geral. No questionário foi considerada a opinião dos alunos sobre seus próprios conhecimentos, sobre a abordagem da Universidade Federal de Uberlândia em relação ao tema, assim como foi mensurado conhecimentos básicos através de afirmativas. Tais afirmativas foram analisadas em 5 níveis de concordância em relação as afirmações, desde concordo totalmente até discordo totalmente.

Em relação a afirmativas sobre conhecimentos próprios, os alunos de oitavo a décimo período, sendo respectivamente representados por 35,71%, 33,33%, 31,67%, discordam parcialmente que são capazes de produzir um balanço no ramo ambiental. De forma geral 3,76% dos alunos acreditam que conseguiriam produzir um balanço ambiental ao passo que 33,08% discordam parcialmente que o conseguiriam.

Ao serem questionados sobre a capacidade de classificar de forma fidedigna o ativo, passivo, receita e custo ambiental, 35,71% dos alunos de oitavo período concordaram parcialmente, assim como 40% dos alunos do nono e décimo período. Em uma contagem total apenas 39,10% concordam parcialmente com a capacidade dessa classificação contra 24,06% que discordam parcialmente com esse fato.

Ainda analisando o autoconhecimento foram dados exemplos de alguns fatos ambientais, como por exemplo, o crédito de carbono, e os alunos se avaliaram quanto à capacidade classificar contabilmente os exemplos dados. Os oitavos e nonos períodos discordaram totalmente dessa afirmação demonstrados pelos respectivos percentuais: 32,14% e 35,56%, enquanto 38,33% dos alunos do décimo discordaram parcialmente. Em geral apenas 3,76% concordam totalmente contra 28,57 que discordam total e parcialmente.

Foram feitas afirmativas a respeito da percepção que os alunos têm sobre a abordagem desse tema dentro da Universidade Federal de Uberlândia. Em uma das questões houve uma divergência considerável na opinião dos alunos, 32,14% dos alunos do oitavo período concordam parcialmente que a contabilidade ambiental vem ganhando espaço dentro da Universidade, 26,67% dos alunos do nono período discordam parcialmente e outros 26,67% discordam totalmente, já os alunos do décimo totalizam 33,33% discordando totalmente dessa afirmativa. Na totalização dos resultados 28,32% discordam parcialmente e apenas 8,27% concordam totalmente.

Quanto à afirmação em relação ao conhecimento obtido através das promoções do tema com de palestras, aulas, seminários, congressos ou eventos promovidos pela Universidade, 32,14% dos alunos do oitavo e 31,11% dos alunos do nono período discordaram parcialmente enquanto 20% dos alunos do décimo período concordaram parcialmente que esses eventos os proporcionaram grandes conhecimentos. Na média geral 26,32% dos alunos não concordam nem discordam e 9,02% concordam totalmente com a afirmativa.

As próximas cinco afirmativas foram elaboradas de acordo com uma pesquisa bibliográfica para mensurar se realmente os estudantes tem um conhecimento sobre a contabilidade ambiental. A escolha de inserir essas afirmações tornou a pesquisa mais complexa, pois não foi avaliado somente a vivência dos alunos dentro da universidade nem suas conclusões sobre os próprios conhecimentos e sim avaliou o conhecimento de cada um.

De acordo com essa pesquisa, um dos problemas inerentes ao lançamento de contas relacionadas ao meio ambiente é a dificuldade de mensuração destas. Quando feita essa afirmação 53,57% dos alunos do oitavo período concordaram parcialmente, 35,56 do nono e 33,33 do décimo período responderam que não concordam nem discordam. Em média 36,09% concordam parcialmente contrapondo 1,50% que discordam totalmente dessa afirmativa.

Sobre a afirmação de que o Balanço Social seria o demonstrativo mais indicado para espelhar a realidade ambiental de uma entidade, 46,43% do oitavo período concordou parcialmente, porém a mesma porcentagem nem concordou nem discordou, de igual maneira ao nono e décimo período que são representados pelas respectivas porcentagens: 51,11% e 48,33%. Na avaliação geral 48,87% nem concordou nem discordou, porém a maior parte, representada por 42,11%, concordou parcial ou totalmente com a afirmativa que é sim espelhada na realidade contábil.

Em outra afirmativa justifica, de forma coerente, a existência da contabilidade ambiental como um modo de auxiliar as empresas em relação a possíveis despesas ou receitas que muitas vezes são esquecidas pelo fato de não fazerem parte da atividade principal da empresa. Em todos os períodos, a maioria dos alunos respondeu que concordam parcialmente com essa afirmativa, totalizando 50,38% dos alunos contra 0,75% que discordam totalmente.

A interpretação de citações foi utilizada nas próximas duas afirmativas para verificar as conclusões que os estudantes tiraram ao juntar a afirmação com seus conhecimentos.

Uma das citações de Auler (2002) diz que o meio ambiente deixou de ser apenas assunto de ecologistas no mundo empresarial devido à cobrança da sociedade em relação a esse tema. Essa cobrança seria um dos motivos pelo qual o tema tem se tornado importante,

porém não seria o único motivo. Ao afirmar que somente essa cobraça seria o motivo para tal importância sobre o tema, todos os períodos tiveram uma grande porcentagem concordando parcialmente com a afirmativa gerando uma média de 46,62% em contrapartida com a discordância parcial que chegou aos 7,52%.

Por fim, Iudíbibus e Marion (2002) definem, resumidamente, a contabilidade como meio de fornecer informações econômicas, financeiras e físicas aos usuários internos e externos da entidade. Através dessa citação foi afirmado que a contabilidade ambiental não se encaixa nessa definição, o que é uma afirmação falsa. O oitavo período teve em sua maioria, no caso 32,14% de discordância total em relação à afirmação, já 40% do nono e 33,33% do décimo período não concordaram nem discordaram. Ao total foram 33,08% nem concordando nem discordando enquanto 6,77% concordaram totalmente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo levou em conta o CPC 00 e a NBCT 15, além de diversas pesquisas, sendo o primeiro necessário para dar a base conceitual das contas contábeis, já a NBCT 15 teve como principal função demonstrar quais evidencias entre empresa e meio ambiente devem ser contabilizados.

A partir do conceito foi aplicado um questionário para uma população composta por estudantes que concluíram 80% ou mais das matérias na área contábil da Universidade Federal de Uberlândia. Dessa população, devido à ausência de parte dela durante a aplicação dos questionários em sala de aula, foi colhida uma amostra de 133 questionários.

Os questionários foram divididos em três tipos de afirmações, sendo uma delas uma avaliação própria, outra avaliando a Universidade e o terceiro tipo foram afirmações para testar os conhecimentos dos estudantes. Foi utilizada uma avaliação em pequenos grupos divididos por período e também de uma forma geral.

Na afirmação que diz que os estudantes analisados têm capacidade para classificar os eventos dentro das contas contábeis de forma fidedigna 39,10% dos estudantes disseram que concordam parcialmente com essa capacidade, porém quando foi dados exemplos de situações e afirmado que eles teriam capacidade de classificá-los 57,14% não concordaram parcial ou totalmente, mostrando uma incoerência entre as respostas. Ao afirmar que eles

possuíam conhecimento suficiente para reproduzir um balanço de cunho ambiental 33,08% discordou parcialmente.

Em relação à opinião deles em quanto ao crescimento desse tema dentro da Universidade e sobre as atividades que ela se propõe a oferecer aos alunos abrangendo o tema contabilidade ambiental 29,32% discordaram parcialmente com a primeira afirmativa e 26,32% foram neutros analisando a segunda afirmação, porém o restante do nono e décimo período teve uma tendência negativa quanto a esse fato. Apesar dessa tendência negativa, 35,71% dos estudantes do 8º período concordaram parcialmente com o ganho de espaço desse tema dentro da Universidade.

Na terceira etapa, houve uma maior proximidade das respostas corretas, de cinco questões três delas foram totalmente corretas ou bem próximas, como por exemplo, a resposta certa era discordo totalmente, porém a maioria discordou parcialmente ou totalmente, enquanto apenas duas questões tiveram respostas completamente fora do contexto.

De maneira geral os alunos demonstram certa dificuldade ao se tratar da contabilidade ambiental e não acreditam que o assunto seja tão exposto dentro da Universidade, porém o número de acerto nas questões avaliativas sobe de três para quatro quando se trata do oitavo período, além disso, 35,71%, ou seja, a maioria deles concorda parcialmente com o fato de que a Universidade vem abrindo espaço para o tema, isso pode demonstrar que o assunto vem sendo introduzido aos estudantes que ingressaram após essas turmas avaliadas.

Diante dessa análise, pode-se dizer que a percepção dos alunos em relação ao tema contabilidade ambiental é de ruim à média, não se esquecendo de que esse assunto tem uma tendência positiva devida o resultado demonstrado pelos alunos mais recentes da amostra, ou seja, a Universidade Federal de Uberlândia tem melhorado de forma crescente e positiva quanto a exposição do tema aos estudantes.

Esse estudo foi analisado por etapas, divididas em tipos de afirmações, passando por uma análise de grupos separados pela quantidade de matéria concluída, ou seja, oitavo, nono e décimo período e por fim, avaliado de modo geral, como um grande grupo. Apesar de todo esse cuidado, este trabalho teve como fator limitante o tamanho da amostra e a falta de proporção de estudantes de um período a outro.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, L. et al. **Evidenciação da responsabilidade social/ambiental na perspectiva de um novo contexto empresarial.** In: 4º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2004, São Paulo, 2004.

AULER, J. R. **Importância e aplicabilidade da contabilidade ambiental em empresas do Estado** : Caso: PW Brasil Exporte S.A. 2002. 52 p. TCC (Bacharel em Ciências Contábeis)- Centro Universitário do Espírito Santo, Colatina, 2002.

BERGAMINI JUNIOR, S. . **Contabilidade e Riscos Ambientais.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 97-116, 1999.

BUGARIM, M. C. C. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade** . 3. ed. Brasília: CFC, 2008. 412 p.

CALLADO, A. L. C. et al. **Políticas e práticas da gestão ambiental: um estudo comparativo.** IX ENGEMA – Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. 19-21 de nov. 2007.

EHLKE, M. C. G. **O desenvolvimento da contabilidade ambiental em empresas certificadas pela ISO 14000 de Curitiba/PR** . 2003. 109 p. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade Federal de Santa Catarina, Curitiba, 2003.

FARONI, W. et al. A contabilidade ambiental em empresas certificadas pelas normas ISO 14001 na região metropolitana de Belo Horizonte - MG. **Revista Árvore** , Viçosa, p. 1119-1128, ago. 2010.

IUDÍBIBUS, S. et al. **Contabilidade Introdutória** . 11. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2010. 335 p.

IUDÍBIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 288 p.

KRAEMER, M. E. P. Contabilidade ambiental como sistema de informação. **Contabilidade Vista & Revista** , Vale do Itajaí, p. 71-92, dez. 2001.

MACIEL, C. V. et al. Contabilidade ambiental : um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade** , Florianópolis, p. 137-158, jan. 2009.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos** . 9. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2003. 261 p.

COELHO, J. M. A. **Normas Brasileiras de Contabilidade** . Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t15.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

ORSO, T. M. **Análise do nível de conhecimento sobre contabilidade ambiental dos contabilistas de Teutônia** . 2015. 72 p. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis)- Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015.

PFITSHER, E. D. **Gestão e Sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental** : estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico. 2004. 229 p. Tese (Pós Graduação em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

RIBEIRO, M. S. Uma reflexão sobre as oportunidades para a contabilidade ambiental. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** , Rio de Janeiro, p. 4-17, out. 2012.

RIBEIRO, R. B. et al. Impacto da Não-preservação ambiental no resultado de uma indústria têxtil da região metropolitana de Natal. **Revista Universo Contábil** , Blumenau, v. 6, n. 3, p. 80-95, set. 2010.

RIOS, R. P.; SILVA, J. C. P. Contabilidade ambiental : o grau de conhecimento dos contadores do sul e sudeste do estado do Pará. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios** , São Roque, p. 1-19, jan. 2014.

SCHUMACHER, L. I. **Certificação ambiental no Rio Grande do Sul** : uma questão mercadológica, de marketing ou consciência ecológica. 2011. 82 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

TINOCO, J. E. P.; ROBLES, L. T. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. **Revista de Administração Pública** , Rio de Janeiro, p. 1077-1096, ago. 2006.